

AS RELAÇÕES INTRÍNSECAS ENTRE OS PROCESSOS SUPERFICIAIS E O PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DO RECIFE

Gabriela Rani Leôncio Oliveira ¹
Joazadaque Lucena de Souza ²

INTRODUÇÃO

A cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é frequentemente acometida por processos superficiais, sendo eles, nesta conjuntura, alagamentos e enchentes. Tal realidade se promoveu perante as próprias características físicas da localidade associadas à alterações de natureza antrópica efetuadas ao longo dos séculos.

Conforme Almeida e Côrrea (2012), desde a sua instituição, o Recife, essa cidade litorânea, possui forte relação com a água. Sendo chamado, mediante tais características e ligações, de “cidade de muitas águas” ou “cidade anfíbia”. De forma consoante a esses autores, o seu sítio urbano formou-se a partir da deposição de sedimentos em uma baía cuja localização encontrava-se na foz dos rios Capibaribe e Beberibe. Ademais, os movimentos de avanço e regressão do mar também contribuíram para a formação da planície que, desta maneira, possui uma origem fluviomarina. Fator que certifica mais uma vez o seu profundo vínculo com as águas.

Estudos de Tucci (2007) indicam que as enchentes urbanas acontecem em decorrência de dois processos distintos: enchentes em áreas ribeirinhas e urbanização. A primeira acontece em virtude do estabelecimento de moradias irregulares em territórios próximos a rios em grandes bacias hidrográficas. Já a segunda, conforme o autor, se dá em bacias hidrográficas pequenas. Esta, como já dito, é consequência do processo de ocupação urbana e daquilo que ela traz consigo como: a impermeabilização do solo e o desmatamento.

Autores como Reynaldo (2013) e Almeida et. al. (2012) discorrem que o processo de ocupação urbana do Recife se deu de maneira intensa e desordenada por volta dos séculos XIX e XX. Em virtude disso, o seu processo de urbanização aumentou a periferização e, conseqüentemente, a tendência de aumento da vulnerabilidade socioeconômica da população mais pobre.

Para Souza (2007) a rápida urbanização, o modelo de planejamento e a gestão de risco aplicadas no Recife são as causas do aumento da intensidade e frequência dos processos

¹ Estudante do Curso de Química Integrado, do Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, grlo@discente.ifpe.edu.br;

² Professor orientador: Joazadaque Lucena de Souza, Docente do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, joazadaquesouza@recife.ifpe.edu.br.

superficiais. Isto porque, segundo o autor, territórios anteriormente alagados passaram a ser ocupados rapidamente por serem áreas mais baratas no mercado imobiliário e, além disso, começaram a sofrer fortes modificações antrópicas. Desse modo, o processo de periferização tornou-se um grande intensificador da problemática das enchentes e alagamentos.

Diante de tais fundamentações e perspectivas, a pesquisa em questão se empenhou, no primeiro momento, em retomar a história de formação do Recife como cidade e planície, bem como estudar a ocorrência dos Eventos Pluviais Extremos a fim de relacioná-los aos processos de superfície. Por fim, ela se deteve em investigar medidas de planejamento do “Plano de Ação Climática da Cidade do Recife – 2020”, elaborado pela Prefeitura do Recife, e do “Plano de Contingência – 2023” de forma a compará-las e verificar se estão em concordância no que diz respeito à gestão de alagamentos e enchentes.

Em consonância, a presente pesquisa tenciona colaborar com a evidenciação da problemática dos alagamentos e enchentes na cidade do Recife, bem como auxiliar na elaboração de projetos de governo eficazes para o combate de tais dificuldades. Ademais, pretende-se também, através de tal análise, incentivar a realização de novas pesquisas que tenham como foco principal a redução da vulnerabilidade socioeconômica da população a fim de diminuir os impactos causados pelos processos de superfície e desastres naturais.

METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos pretendidos, realizaram-se revisões bibliográficas a partir de artigos científicos, livros e capítulos de livros, bem como leitura e interpretação de documentos oficiais, materiais cartográficos e iconográficos sobre a temática investigada. Adicionalmente, a pesquisa também contou com a realização de uma orientação individual por parte do docente responsável, reuniões semanais e debates com outros estudantes da iniciação científica. As atividades listadas tiveram como foco a construção de um ponto de vista mais apurado sobre os fatores físicos ligados à gênese e evolução da planície do Recife, os impactos promovidos pelas alterações antrópicas nesse ambiente natural em decorrência da urbanização acelerada e os impactos dos alagamentos e enchentes na população mais vulnerável que acaba por ocupar as áreas com maior susceptibilidade à ocorrência desses processos de superfície por residirem em áreas periféricas com maior grau de risco geomorfológico.

Por fim, como forma de concretizar os estudos efetuados e consolidar os dados obtidos, efetuou-se um trabalho de campo proposto pelo professor orientador. Em tal ocasião, além dos bolsistas do PIBIC, também houve a participação dos estudantes do projeto de

extensão “Nós-Propomos! – IFPE Campus Recife”. Nessa situação, os pesquisadores puderam ter contato com o seu objeto de estudo, entendendo na prática o funcionamento dos Eventos Pluviais Extremos, bem como o modelo de vida daqueles que moram em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante a observação de artigos e documentos oficiais, percebeu-se que desde a sua formação, o Recife sofre com os processos de superfície. Isto porque a origem do seu sítio físico, provocada por erosões e sedimentações através de rios e do mar, contribuiu muito para a atual configuração física da cidade. Esta característica, além de moldar a planície onde foi construída a cidade, também lhe proporcionou uma grande variedade de cursos de água, como uma grande quantidade de rios e riachos, por exemplo (Carvalho, 2004). Ademais, por ser uma região de planície litorânea, há uma dificuldade natural de escoamento de fluidos, pois é local predominante plano, as águas das chuvas e de outros processos não conseguem mover-se tão facilmente quanto em áreas mais acidentadas e altas. E, ao longo dos anos, com a forte influência antrópica, a hidrodinâmica do Recife mudou de modo considerável, afetando também a vida das pessoas e a mobilidade urbana. Intensificando-se, portanto, problemas como as enchentes e os alagamentos.

Diante das suas características geográficas, o Recife historicamente tem convivido com vários eventos relacionados às enchentes. Tal risco crítico, tem sido uma ameaça constante, acentuando-se, principalmente, pelos grandes níveis de precipitação em intervalos de tempo pequenos. Possuindo uma baixa altimetria em relação ao nível do mar e tendo o seu território ocupado principalmente em áreas aterradas e morros, a cidade e os cidadãos têm sido cada vez mais prejudicados, uma vez que o solo tem sido impermeabilizado de forma mais intensa (asfaltamento) e os sistemas de drenagem, fortemente afetados.

Como apontam Amélia Reynaldo e Paulo Reynaldo (2013), a cidade do Recife começou a ser ocupada a partir do século XVII, quando esta era apenas um anexo de Olinda. O seu processo de urbanização teve início em um período posterior à invasão holandesa (1630). De acordo com os autores, a presença do porto estimulou fortemente tal processo, uma vez que parte dos habitantes de Olinda se deslocaram para Recife em busca de melhores condições de vida. Outrossim, este elemento foi o principal responsável por atrair as tropas flamengas.

A cidade começou a crescer intensamente após a Abolição da Escravatura (1888), uma vez que trabalhadores livres migravam para lá com o intuito de conseguir emprego e moradia.

Entretanto, estes se deparam com uma realidade diferente da esperada e assim, cresceu consideravelmente o número de moradias irregulares – mocambos e palafitas. Nesse mesmo período, outro fator que influenciou o crescimento populacional e as transformações da cidade do Recife, foi a substituição dos antigos engenhos coloniais por usinas modernas, o que direcionou muitos trabalhadores para a zona urbana, forçando-os mais uma vez a construir mais moradias improvisadas (Almeida, 2012).

Segundo estudos de Pontual (2021) no século XX, mais especificamente no intervalo da década de 1940 -1950, o crescimento populacional do Recife encontrava-se em 50,6% e no intervalo da década de 1950-1960 houve um crescimento bastante significativo de cerca de 51,9%. Isso ocorreu pelas fortes migrações, sob a forma do êxodo rural, da época por melhores condições de vida. Para Melo (1978 apud Souza et. al, 2007) as áreas mais acessíveis a vida e a habitação ficam limitadas às classes mais favorecidas, uma vez que as “áreas planas, secas e aterradas” adquirem valores mais altos. Desse modo, os menos favorecidos precisam estabelecer-se em áreas mais susceptíveis a desastres, inundações, problemas de mobilidade urbana e locais inclinados, pois apresentam custos mais baixos.

“O território da pobreza urbana não se refere a uma minoria excluída ou marginal, mas em algumas cidades (como, por exemplo, Belém, São Luiz, Fortaleza, Recife, Salvador) compreende a maioria da população” (MARICATO, 2014, p. 108). Em conformidade com a autora citada, nota-se que a população recifense, assim como em outras cidades, possui uma configuração socioeconômica de maioria pobre. Dessa maneira, o desenvolvimento de pesquisas e estudos que busquem a compreensão das condições de acesso à infraestrutura urbana e serviços públicos da população menos favorecida economicamente é essencial para buscar soluções mais efetivas que amenizem a desigualdade social do município.

No ano de 2020, a Prefeitura do Recife, elaborou o Plano Local de Ação Climática (PLAC). Tal documento, trata-se de um planejamento que visa reduzir as emissões de gases do efeito estufa e criar estratégias de mitigação e adaptação às mudanças de clima. Definindo metas e objetivos, o PLAC busca integrar todas as áreas da sociedade em suas considerações e melhorar tanto as questões relacionadas à desigualdade socioeconômica e condições de vida dos cidadãos quanto questões ligadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas. Tal plano estabeleceu alguns eixos de discussão, sendo eles: energia, saneamento, mobilidade e resiliência. Por outro lado, o Plano de Contingência - 2023, trata-se de um documento elaborado pela Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife – SEDEC, que busca estabelecer ações de resposta a situações emergenciais, como enchentes, deslizamentos e

outros problemas. Tal plano pretende, portanto, pré-determinar quais recursos e programas podem ser acionados em momentos de crise.

Em relação aos planos anteriormente citados, ao serem analisados, percebeu-se que estes abordam alguns pontos importantes e semelhantes quanto ao enfrentamento e prevenção das problemáticas anteriormente citadas. Contudo, apesar de tal fundamentação teórica, notou-se que muitos dos planejamentos não são postos em prática, o que afeta profundamente a população mais pobre, pois a consequência dessa não efetivação dessas proposições são a perda de bens, acidentes e até mesmo a morte de muitas dessas pessoas. Portanto, é necessário que os órgãos públicos e o governo se empenhem na efetivação dessas propostas para que haja uma diminuição de trágicas ocorrências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento acerca do funcionamento dos processos de superfície e do planejamento urbano é de extrema relevância para se ter uma mudança nas desigualdades socioeconômicas da cidade do Recife e, conseqüentemente, diminuir os impactos causados por essas problemáticas. Além disso, as mudanças ambientais desencadeadas pelo ser humano atreladas a rápida expansão urbana são fatores que tendem a aumentar a vulnerabilidade das populações, principalmente as periféricas, e impactar negativamente o cotidiano e a vida dessas pessoas.

Constatou-se, portanto, a partir de tal trabalho que o poder público da cidade do Recife precisa investir em formas de mitigar os alagamentos e enchentes, bem como efetivar medidas que visem melhorar as condições de vida da população mais pobre, buscando diminuir assim a vulnerabilidade dessas pessoas aos desastres e processos de superfície. É desta forma então, que esses problemas poderão ser combatidos e as suas conseqüências, amenizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de; CORRÊA, Antonio C. de Barros. **Dimensões da negação dos rios urbanos nas metrópoles brasileiras: o caso da ocupação da rede de drenagem da planície do Recife**, Brasil. Geo UERJ, v. 1, n. 23, p. 114-135, 2012.

CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira. **Os descaminhos das águas no Recife: os canais, os moradores e a gestão**. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Editora Vozes Limitada, 2014.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. **Revista brasileira de história**, v. 21, p. 417-434, 2001.

RECIFE. Plano Local de Ação Climática da Cidade do Recife. Recife, 2020. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/wp-ntent/uploads/sites/78/2020/12/20-recife-acaoclimat1.pdf>. Acesso em 10 de dez. 2023.

RECIFE. Plano de Contingência (2023): Defesa Civil do Recife – Sedec, 2023. Disponível em: https://acaoinverno.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/PLANO-DE-CONTINGENCIA_VERSAO-SITE.pdf. Acesso em 10 de dez. de 2023

REYNALDO, Amélia; REYNALDO MAIA ALVES, Paulo. Origem da expansão do Recife: divisão do solo e configuração da trama urbana. In: **V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013**. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2013. p. 877-890.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Política habitacional para os excluídos: o caso da Região Metropolitana do Recife. **Habitação social nas metrópoles brasileiras. Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**, editado por Adauto Lucio Cardoso. Porto Alegre: Programa Habitare, FASE-PE, p. 114-49, 2007.

TUCCI, C. E. M. **Inundações urbanas: impactos da urbanização**. Porto Alegre: Ed. ABRH/RHAMA, p. 1-33, 2007.